

A REPRESENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE SUA LEGITIMIDADE

Beatriz Floriani¹

Eduardo Cartier²

RESUMO

Ao longo do tempo, diversas foram as concepções teóricas e pedagógicas idealizadas para o desenvolvimento da Educação Física no ambiente escolar. É necessário, neste sentido, evidenciar que ela se desenvolveu a partir de contextos econômicos, políticos, sociais, entre outros, que sinalizaram os rumos históricos da disciplina, bem como sua representação social no ambiente escolar na atualidade. Este estudo qualitativo de caráter bibliográfico teve objetivo principal analisar a representação da Educação Física no contexto escolar, tendo em vista a elaboração curricular e objetivos idealizados pelos documentos que legitimam a mesma no ambiente escolar, e como objetivo específico, procuramos identificar a Educação Física escolar ao longo da história. Pensando numa Educação Física que considere as possibilidades de emancipação humana é que se pensa desenvolver o processo de integração dos seus conteúdos como estratégias de ensino no ambiente escolar, e assim atingir pontualmente todos componentes necessárias a uma formação humana generalista. Pois a capacidade pluralista que a disciplina oferece fortalece a condição de autonomia e de criticidade necessária à consolidação de uma educação crítica e dotada de conteúdos políticos entre outras dimensões e desta forma transcender um modelo de educação linear e fragmentada da disciplina.

PALAVRAS CHAVES: Educação Física; Legitimidade; Ambiente Escolar.

ABSTRACT

Throughout the time, diverse they had been idealized the theoretical and pedagogical conceptions for the development of the Physical Education in the pertaining to school environment. It is necessary, in this direction, to evidence that it developed itself from economic contexts, politicians, social, among others, that they had signaled the historical routes of disciplines, as well as its social representation in the pertaining to school environment in the present time. This qualitative study of bibliographical character it had main objective to analyze the representation of the Physical Education in the pertaining to school context, in view of the curricular elaboration and objective idealized by the documents that legitimize the same one in the pertaining to school environment, and as objective specific, we look for to identify the pertaining to school Physical Education throughout history. Thinking about a Physical Education that considers the emancipation possibilities human being it is that it is thought to develop the process of integration of its contents as strategies of education in the pertaining

¹ Professora de Educação Física formada no curso de Educação Física do Centro Universitário para o Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI.

² Professor Mestre e Doutor do curso de Educação Física do Centro Universitário para o Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI.

to school environment, and thus to reach promptly all necessary components to a formation generalist human being. Therefore the pluralist capacity that disciplines it offers fortifies the autonomy condition and of necessary critica to the consolidation of an education critical and endowed with contents politicians among others dimensions and in such a way to exceed a model of linear and broken up education of discipline.

WORDS KEYS: Physical education; Legitimacy; School Context.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*Sempre buscamos resposta
Pra tirar a dúvida
Mas acordados não conseguimos deixar
A resposta chegar
(Nei Van Soria)*

A legitimidade da Educação Física como disciplina obrigatória é incontestável e devidamente sustentada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), aquela que estabelece as bases necessárias à educação nacional. Neste sentido, a atual LDB nº 9.394/1996 em seu Artigo (26º § 3º), dispõe que a disciplina devidamente integrada à proposta pedagógica escolar é componente curricular obrigatório da Educação Básica. Podemos sinalizar, portanto, que sua importância é seguramente reconhecida, legítima, inclusive em outros níveis da educação nacional brasileira.

Sinalizando a Educação Física como um componente curricular de base da educação nacional, inclusive evidenciado pela Resolução CNE/CEB 4/2010 e definida pelas Diretrizes Curriculares Gerais para a educação básica é que podemos observar sua constituição fundante e necessária ao atribuir-se, segundo Brasil (2010), de saberes e valores produzidos culturalmente expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades esportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania.

A preocupação da sua efetivação como base formadora da educação formal paira na consolidação de um espaço de ensino e aprendizagem que possibilite um desenvolvimento integral do e para o ser humano, portanto totalmente vinculado aos

desígnios de uma prática social, sua inserção no mundo do trabalho, bem como o exercício da cidadania, conforme preconiza a LDB.

As sustentações formais da educação ao assumir a necessidade de um processo ensino aprendizagem com características plurais e equânimes sustenta a ideia de exploração de uma representatividade justa, igual e democrática para a consolidação de todas as disciplinas no cenário escolar. A Educação Física neste íterim aparece como uma disciplina necessária à consolidação deste desenvolvimento integral do ser humano, portanto de igual representatividade no contexto escolar.

Ao longo do tempo, diversas foram as concepções teóricas e pedagógicas idealizadas para o desenvolvimento da Educação Física no ambiente escolar. É necessário, neste sentido, evidenciar que ela se desenvolveu a partir de contextos econômicos, políticos, sociais, entre outros, que sinalizaram os rumos históricos da disciplina, bem como sua representação social no ambiente escolar na atualidade. Concepções que marcaram a forma de conceber a Educação Física na sociedade e seu “modus operandi” no processo de formação acadêmica do futuro professor de Educação Física.

Estas condições históricas permitiram uma maneira de construir seus arcabouços teóricos, bem como sua estruturação concernente ao processo ensino aprendizagem. A LDB, os Parâmetros Curriculares da Educação Física (PCN), os currículos universitários e a formação acadêmica favoreceram a um paradigma educacional da disciplina que parece manter suas concepções teóricas - pressuposição bem sustentadas e argumentadas nos estudos de Soares (1994) - em nível do preponderante no desenvolvimento da aptidão física.

Baseado nestas considerações é que percorremos durante o texto o desenvolvimento da questão investigativa idealizada, a saber: como se estabelece a representação da Educação Física no contexto escolar, tendo em vista sua elaboração curricular e seus objetivos idealizados pelos documentos que legitimam a mesma no ambiente escolar?

Este estudo qualitativo de caráter bibliográfico teve objetivo principal analisar a representação da Educação Física no contexto escolar, tendo em vista a elaboração curricular e objetivos idealizados pelos documentos que legitimam a mesma no ambiente escolar, e como objetivo específico, procuramos identificar a Educação Física escolar ao longo da história.

Partimos da premissa que a legitimidade da Educação Física na educação brasileira é histórica e pertinente, contudo sua representatividade parece se sustentar numa perspectiva fragmentada, em que na constituição das matrizes curriculares se encontra numa posição subjacente as demais disciplinas, de cunho preponderantemente sustentado na aptidão física e nos conteúdos esportivos.

A relevância deste estudo se dá pela necessidade de localizar a Educação Física no contexto escolar a partir de uma visão crítica, portanto historicizada e pensada a partir de um contexto reflexivo permitiria outras dimensões de práxis.

Para melhor compreensão do texto dividimos o mesmo em três momentos além das considerações iniciais e finais. Colocados da seguinte forma, a saber: a Educação Física ao longo da história; Educação Física: concepções legais e por fim, proposições para a representatividade na Educação Física.

1 A EDUCAÇÃO FÍSICA AO LONGO DA HISTÓRIA

*Quando você foi abandonado
Atiraram pedras no seu coração
Você busca entender qual foi a razão
Mesmo que isso te faça sofrer
(Nei Van Soria)*

Procuramos neste momento localizar a Educação Física ao longo do tempo. Tais considerações se sustentam fundamentalmente nas concepções de Ghiraldelli Jr. (1989). Embora reconheça outras leituras e outras interpretações de seu trajeto histórico.

A Educação Física no Brasil passou por diversos períodos que, por sua vez, possuíam diversas concepções relacionadas à função da própria Educação Física, da necessidade, da maneira de trabalhar e ver o corpo.

Ghiraldelli Jr. (1989) faz um levantamento histórico, que tem como objetivo despertar uma visão crítica dos conteúdos e práticas corporais, a fim de que os profissionais da área possam repensar a sua práxis pedagógica. Dessa forma, ele classifica as Tendências na Educação Física em: Higienista, Militarista, Competitivista, Popular e Crítico-social dos Conteúdos.

A Tendência Higienista (1889-1930) é pautada nas questões de saúde. Para tal cabe à Educação Física um papel fundamental de formação de homens e mulheres sadios, fortes, dispostos à ação. Mais do que isso, a Educação Física Higienista não se responsabiliza somente pela saúde individual das pessoas, mas protagoniza um projeto de "asepsia social". Compreende que a Ginástica, o Desporto e a Recreação devem, antes de qualquer coisa, disciplinar os hábitos das pessoas no sentido de levá-las a se afastarem de práticas capazes de provocar a deterioração da saúde e da moral, o que "compro-meteria a vida coletiva". A Educação Física Higienista é uma concepção que se preocupa em erigir a Educação Física como agente de saneamento público, na busca de uma "sociedade livre das doenças infecciosas e dos vícios deteriorizadores da saúde e do caráter do homem do povo".

A Tendência Militarista (1930-1945) não é a mesma Educação Física Militar. Embora ambas estabeleçam relações estreitas, a Educação Física Militarista não se resume numa prática militar de preparo físico. É, acima disso, uma concepção que visa impor a toda a sociedade padrões de um comportamento estereotipado, fruto da conduta disciplinar própria do regime de caserna. Tem como objetivo fundamental a obtenção de uma juventude capaz de suportar o combate diante de uma guerra. Para tal tendência, a Educação Física deve ser suficientemente rígida para "elevar a Nação" à condição de "servidora da Pátria". Na Educação Física Militarista, a ginástica, o desporto e os jogos recreativos só têm utilidade se visam à eliminação dos "incapacitados físicos", contribuindo para uma "maximização da força e poderio da população". "A coragem, a vitalidade, o heroísmo, a disciplina exacerbada compõem a plataforma básica da Educação Física Militarista." (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1989, p.18)

A Tendência Pedagogicista (1945-1964) é a que vai reclamar da sociedade a necessidade de encarar a Educação Física não somente como prática capaz de promover saúde ou de disciplinar a juventude, mas de encarar a Educação Física como uma prática eminentemente educativa. E mais que isto, a corrente pedagógica chega a advogar a "educação do movimento e pelo movimento" como uma das formas capazes de promover a chamada "educação integral". "A educação física, acima das "querelas políticas", é capaz de cumprir o velho anseio da educação liberal: formar o cidadão" (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1989, p. 29).

A Educação Física Pedagogicista está preocupada com a juventude que freqüenta as escolas. A ginástica, a dança, o desporto, a educação psicomotora etc. são meios de educação do alunado. São instrumentos capazes de levar a juventude a aceitar as regras de convívio "democrático" e de preparar as novas gerações para o altruísmo, o culto a riquezas nacionais etc.

O sentimento corporativista de "valorização do profissional de Educação Física" permeia a Tendência Pedagogicista. A Educação Física é encarada como algo "útil e bom socialmente" e deve ser respeitada acima das lutas políticas dos interesses diversos de grupos ou de classes. Assim, é possível forjar um "sistema nacional de Educação Física", "capaz de promover a Educação Física do homem brasileiro, respeitando suas peculiaridades culturais, físico-morfológicas e psicológicas". Nesta tendência, a Educação Física também é vista como responsável pelo melhor desenvolvimento na alfabetização e em outras disciplinas curriculares.

A Educação Física Competitivista (1964 - 1985) assim como a Militarista estão a serviço de uma hierarquização e elitização social. Seu objetivo fundamental é a caracterização da competição, da superação individual como valores fundamentais e desejados para uma sociedade moderna. A Educação Física Competitivista volta-se, então, para o culto do atleta-herói; aquele que a despeito de todas as dificuldades chegou ao pódio. Também é ela responsável pelo desenvolvimento do "espírito olímpico", em que nem sempre o importante é competir.

Nesta tendência, a Educação Física fica reduzida ao "desporto de alto nível". A prática desportiva deve ser "massificada", para daí poderem brotar os expoentes capazes de brindar o país cora medalhas olímpicas. No âmbito da Educação Física Competitivista, a ginástica, o treinamento, os jogos recreativos etc. Ficam submetidos ao desporto de elite. Desenvolve-se assim o Treinamento Desportivo baseado nos avançados estudos da Fisiologia do Esforço e da Biomecânica, capazes de melhorar a técnica desportiva. A Educação Física é sinônimo de desporto, e este, sinônimo de verificação de desempenho.

Como a Educação Física Pedagogicista, também a Competitivista é utilizada como desmobilização da organização popular. O "desporto de alto nível", que é o "desporto espetáculo", é oferecido em doses exageradas pelos meios de comunicação à população, com o objetivo de desviar as atenções do povo dos problemas sociais do país.

Foi o período que houve o maior investimento na Educação Física como um todo. O professor deveria preparar esses futuros atletas. “Quer-se dar ao professor de educação física a convicção de que ele, por força da profissão é condutor de jovens, um líder e não pode aceitar ser conduzido por minorias ativas que intimidam, que ameaçam e, às vezes, conseguem, pelo constrangimento, conduzir a maioria acomodada, pacífica e ordeira” (FERREIRA, 1969 apud GHIRALDELLI JÚNIOR, 1989, p. 31)

A Tendência Popular, (1985-) ao contrário das anteriores, não revela uma produção teórica (livros, periódicos, teses etc.) abundante e de fácil acesso. Movimento de cunho ideológico que pretende mudar o paradigma da educação física, saindo do competitivismo para uma visão em direção a “[...] ludicidade, a solidariedade e a organização e mobilização dos trabalhadores na tarefa de construção de uma sociedade efetivamente democrática” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1989, p. 34).

Podemos dizer, com certo cuidado, que a Educação Física Popular se sustenta quase que exclusivamente numa "teorização" transmitida oralmente entre as gerações de trabalhadores deste país.

Boa parte dos documentos (jornais, revistas etc.) do Movimento Operário Popular, que poderiam conter uma "teorização" ou, pelo menos, um relato sobre as práticas de Educação Física autônoma dos trabalhadores, não escapou aos olhos e garras incineradoras das classes dominantes. Todavia, do material existente é possível resgatar uma concepção de Educação Física que, paralela e subterraneamente, veio historicamente se desenvolvendo com e contra as concepções ligadas à ideologia dominante.

A Educação Física Popular não está preocupada com a saúde pública, pois entende que tal questão não pode ser discutida independentemente do levantamento da problemática forjada pela atual organização econômico social e política do país. A Educação Física Popular também não se pretende disciplinadora de homens e muito menos está voltada para o incentivo de medalhas. Ela é, antes de tudo, ludicidade e cooperação e aí o desporto, a dança, a ginástica etc. assumem um papel de promotores da organização e mobilização dos trabalhadores. E mais que isso, a Educação Física serve então aos interesses daquilo que os trabalhadores historicamente vêm chamando de "solidariedade operária".

A Educação Física Popular não pretende ser "educativa" no sentido em que tal palavra é usada pelas demais tendências. Ela entende que a educação dos trabalhadores está intimamente ligada ao movimento de organização das classes populares para o embate da prática social, ou seja, para o confronto cotidiano imposto pela luta de classe.

A tendência crítico social dos conteúdos segundo Ghiraldelli Júnior (1989), parte da análise reflexiva e crítica do contexto sociocultural, ela vem realizando uma crítica ao sistema de produção e reprodução do capital vigente na sociedade e, neste sentido, provocando a resistência por parte da classe dominante.

A prática educativa é uma prática social que encontra suas explicações na própria prática do sujeito e na ação criadora da prática social coletiva, por isso, o fenômeno educativo deve ser abordado para além das suas características superficiais simples e gerais, dos seus determinantes cronológicos e quantificáveis e das suas relações causais apenas explicadas pelos seus estágios anteriores (ESCOBAR, 2007).

Nesta vertente pedagógica existe o reconhecimento do professor de Educação Física como um sujeito intelectualizado, afinal toda a ação humana é sustentada a partir das estruturas do pensamento humano para a sua materialização. Escobar (2007) sugere então, que os problemas educacionais exige o uso do método dialético, pois só ele permite ultrapassar os dados da representação e elaborar em forma de conceitos o sistema de nexos internos dos fenômenos estudados, de forma que reflitam os processos pedagógicos que ocorrem no seio da escola tal qual eles existem na realidade.

2 EDUCAÇÃO FÍSICA: CONCEPÇÕES LEGAIS

*Estou sentado num jardim inglês
E os anos vão passando
Há gente ao meu redor
Mas não entendo o que estão falando
(Nei Van Soria)*

A Educação Física tem entre os seus pressupostos idealizadores a formação do sujeito a partir da concepção de movimento, ou como alguns autores sinalizariam

sua sustentação na cultural corporal (Coletivo de Autores, 1992); cultura do movimento humano (Betti, 1996); cultura do movimento (Kunz, 1991); motricidade humana (Sérgio, 1989), entre outros que inevitavelmente trazem em sua perspectiva comunal o movimento como cerne dos posicionamentos conceituais e operacionais.

A partir desta compreensão - o movimento como componente basilar para compreender a Educação Física - surge a necessidade de observar sua legitimidade no cenário educacional, em sua grande amplitude, bem como sua representação material no âmbito de sua práxis.

A legitimidade para Santos (1976) pressupõe uma condição de legalidade em que sinaliza um ordenamento jurídico e poder que o estado exerce a partir da lei, embora a autora sustente a insipiência do seu significado ao se referir ao significado de legalidade e legitimidade. No entanto, sustenta de maneira geral que as expressões indicam um critério de justificação do poder, portanto exige a obediência.

No que concerne a Educação Física sua legitimidade, esta sustentada na lei. É assegurada é assegurada como componente curricular obrigatório da Educação Básica desde 1996, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9.394, de 29 de dezembro de 1996), que foi modificada pela Lei nº 10.328, de dezembro de 2001, o que pressupõe a sua presença na escola como disciplina que pode e/ou deve contribuir de alguma maneira, para a formação humana e a escolarização de crianças e jovens. No entanto, a legalidade, por si só, não garante o efetivo desenvolvimento da prática pedagógica da Educação Física como componente curricular, ou seja, com uma proposta pedagógica clara, com conteúdos específicos e relevantes do ponto de vista sociocultural, com objetivos coerentes com a finalidade da educação escolar e com métodos de ensino capazes de alcançar tais objetivos.

O PCN da Educação Física (2010) traz dados de sua obrigatoriedade de 1881 com a Reforma Couto Ferraz, posteriormente em 1882 com a Reforma Leôncio de Carvalho, através de Rui Barbosa ocorre a equiparação dos professores de ginástica aos de outra disciplina.

Realizando um salto neste recorrer histórico, a Educação Física sofreu modificações em seus conceitos, portanto em sua práxis que caracterizam sua representatividade na atualidade. Neste sentido assumir que somos frutos de concepções longínquas é se posicionar de maneira bastante conceitual que a representação social e educacional da disciplina em questão pressupõe a existência

inequívoca das diversas dimensões que caracterizam as relações em sociedade, em que pese às dimensões políticas, econômicas, sociais entre outras.

Marx e Engels (1998) contribuem acerca de tais proposições evidenciando que os sujeitos fazem sua própria história, todavia não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os sujeitos conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra, as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada.

Compreendendo tais assertivas na Educação Física, poderíamos pensar que a representatividade da Educação no cenário educacional responde as formas e direcionamentos que esta tomou ao longo da história. Numa visão panorâmica acerca da história da Educação Física na escola observamos que ela já passou por diferentes momentos, assumindo variadas características e cumprindo diferentes finalidades pedagógicas.

Para Buss (2012), a mesma foi se reestruturando ao longo do tempo, ao contrario de constituir e fortalecer sua identidade pedagógica vinculada a finalidade social da escola, ela foi esvaziando-se de todo e qualquer sentido como área de conhecimento escolar.

A mesma autora supracitada sinaliza ainda que realidade atual da Educação Física na escola pode nos levar a dizer que ela simplesmente não existe como campo do saber escolar devidamente intelectual ou de natureza fundamental, sua atuação se resume aos seus conteúdos: jogos, exercícios de caráter esportivo, brincadeiras de livre escolha dos alunos³, um mero passatempo ou momento de descontração e socialização, ou qualquer outra atividade sem fins pedagógicos, embora saiba que estes conteúdos quando operacionalizados metodologicamente tenham grande respaldo cognitivo, todavia os conteúdos parecem trazer um fim em si mesmo.

Podemos observar em suas palavras tais questionamentos:

³ Estamos aqui sinalizando o aluno como um sujeito que precisa ser iluminado, portanto sem luz. No decorrer do texto fugimos deste contexto entendendo aquele que aprende como um ser em constante resignificação.

até que ponto a Educação Física é representativa como componente curricular, como uma área cujo conhecimento é reconhecido e tratado como fundamental para a formação humana, se a mesma vem perdendo cada vez mais espaço enquanto uma disciplina escolar que tem algo a ensinar aos educandos da/na escola? (BUSS, 2012, p. 13).

É inevitável a existência de uma hierarquia entre os saberes escolares e por consequência de disciplinas, inclusive observamos isto no curso de Educação Física, em que a disciplina em questão como menos importante ou não possuindo o mesmo valor perante as demais disciplinas do ensino básico, a exemplo da geografia, história, língua portuguesa ou matemática – importante lembrar: fruto de uma práxis pedagógica e direcionamentos políticos históricos.

3 PROPOSIÇÕES PARA A REPRESENTATIVIDADE NA EDUCAÇÃO FÍSICA

*Eu entendo que as vezes
As coisas pesam demais
Mas não dá pra desistir agora
Não diga adeus jamais
(Nei Van Soria)*

A Educação Física escolar, ao do longo do tempo, se estabeleceu como uma disciplina pedagógica que tem em seus interesses o movimento humano. Desenvolve-la a partir do conteúdo esportivo ou dos jogos delimita seu poder de alcance, bem como fragmenta toda a sua concepção sustentada na corporeidade.

A disciplina possui condições implícitas e explícitas de interagir com outras disciplinas e realizar a produção e a socialização do conhecimento, mediante interesses transformadores, caracterizando, assim o processo inter e multidisciplinar presente na sua proposta, referindo-se aos pontos comuns com as demais disciplinas, atuando assim com uma participação ativa no processo de cognição e de desenvolvimento de suas competências e habilidades, de maneira que os demais aspectos necessários a formação humana sejam contemplados em sua totalidade.

Nas aulas de Educação Física existe a possibilidade de integrar de forma descontraída todos componentes necessários a uma formação humana generalista.

Pois a capacidade pluralista que a disciplina oferece fortalece a condição de autonomia e de criticidade necessária à consolidação de uma educação crítica e dotada de conteúdos políticos entre outras dimensões.

Pensar a Educação Física a partir de um projeto pedagógico sustentado na participação ativa e na cooperação certamente favoreceria a condição de representação social problematizadora e compromissada com os reais interesses de uma sociedade que visualize e lute contra a condição subalternizada, de adestramento e da servilização. Neste sentido, a disciplina contribuiria para o desenvolvimento de um ser humano capaz de atuar em um mundo em constante transformação, em que a autonomia e o acesso ao conhecimento se tornam componentes basilares em sua vida social.

O tecnicismo na Educação Física deve ser utilizado como ferramenta educacional, que pode ser usado em determinadas situações, porém o caráter reflexivo da sua constituição deve ser evidenciado.

Para Barni e Schneider (2003) a Educação Física Escolar não deve ser vista apenas como o ensinamento de gestos e técnicas corretas dos esportes, e sim como aquela que irá ampliar discutir, confrontar e capacitar o sujeito, tornando-o um sujeito crítico. Isto será possível, na leitura de Cordioli (1999), se a Educação Física Escolar tomar ciência de sua relevância em busca de uma identidade social.

A Educação Física como disciplina curricular no ambiente escolar necessita promover uma reflexão acerca dos seus atributos na escola. Assim, possibilitaria condições de discutir as possibilidades de maior representatividade, e a partir disto pensar criticamente os modos de produção da sociedade, bem como o papel da Educação Física nesta sociedade e por consequência na escola.

O papel da educação, segundo Mészáros (2005), é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente

Neste sentido surge a necessidade de avançar e transcender a concepção fragmentada de Educação Física exclusivamente prática e esportiva. Kunz (1991); Oliveira (1994) e o Coletivo de Autores (1992) sinalizam que os conteúdos da Educação Física geralmente são resumidos à prática desportiva, em que se limita a produção de conhecimento corporal e cultural do educando. Urge a necessidade de

incorporar a disciplina a um projeto político pedagógico que pense os valores morais, a política, economia e a cultura participativa rumo a equidade social e a condições justas de acesso ao conhecimento e a riqueza.

Atualmente o sistema escolar é o principal instrumento do capitalismo na preparação da mão de obra improdutiva, responsável pela criação e desenvolvimento de uma classe média em expansão com a própria expansão do capital, tendo a escola um papel estratégico, na qual os educadores e intelectuais nas sociedades em transição têm um papel determinante na construção da consciência de classe do trabalhador (GADOTTI, 2004).

Uma das possibilidades de imbricar e de tornar coadunas estas condições contraditórias para a Educação Física, inicialmente, esta sem sombra de dúvidas numa práxis pedagógica interdisciplinar e posteriormente na construção e na elaboração de parâmetro social coletivo, em que os professores de Educação Física pensem politicamente a disciplina para assegurar, de fato, uma proposta pedagógica sólida, legal e, sobretudo representativa socialmente.

Etges (2000) sinaliza que a interdisciplinaridade, enquanto princípio mediador entre as diferentes disciplinas, não poderá jamais ser elemento de redução a um denominador comum, todavia elemento teórico-metodológico da diferença e da criatividade, em que a interdisciplinaridade passa a permitir o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão dos seus limites. Portanto sustentado no princípio da diversidade e da alteridade.

Desta forma se emancipar da condição funcionalista em que ela é pensada e desenvolvida atualmente na sociedade como um todo é de fundamental importância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O sol brilha lá fora
Abra as cortinas
E deixe ele penetrar
Ha, ha, ha, há
(Nei Van Soria)*

A Educação Física a partir dos seus objetivos e metas tem se materializado de maneira funcional e fragmentada quando evidencia e fomenta o conteúdo

esportivo como principal temática desenvolvida na escola. E por consequência suas espacialização e representação passam a ser observada em condições subalternizadas e a reboque de outras disciplinas com maior representatividade social.

A Educação Física, aquela desenvolvida no ambiente escolar, parece estar fundamentada em sua prática educativa fora dos aspectos humanísticos, caracterizada por diretrizes eminentemente práticas, que simplesmente adestram o ser humano, reduzindo-o a características comportamentais pré-determinadas. Sabe-se que as condições da Educação Física na atualidade é fruto de uma construção histórica, portanto socialmente produzida. A evidência clara e oportuna de que ela tem caráter prático e corporal é bastante difundida na sociedade, sobretudo pelos documentos que a atestam enquanto disciplina pedagógica.

Este estudo sinalizou a importância de uma reflexão a elaboração dos currículos de Educação Física desenvolvidos nas universidades, inclusive, de maneira a contextualizar a compreensão da realidade e da sociedade como é condição fundamental para a construção de uma prática educativa efetiva.

No decorrer deste processo se consolidam e consolidaram práxis pedagógicas fragmentadas que dão prioridades ao saber fazer, e não em um processo de reflexão acerca das suas possibilidades de pensar o movimento em condições de expressão corporal de uma sociedade que exprime e expõe seus valores.

REFERÊNCIAS

BARNI, M. J. ; SCHNEIDER, E. J. Educação Física no Ensino Médio: Relevante ou Irrelevante? **Leonardo Da Vinci**. Blumenau, v. 1, p. 15-20, 2003.

BETTI, M. Atitudes e opiniões de escolares de 1º grau em relação à educação física. In: SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 14. 1986, São Caetano do Sul. **Anais...** São Caetano do Sul; Celafiscs, Fec do ABC, 1986. p. 66.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Educação Física. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, MEC/SEF, 2010.

BUSS, P. **A Educação Física como componente curricular da escola básica: Diagnóstico da realidade atual**. Monografia de Graduação-UFSC, Centro de Desportos. Florianópolis, 2012

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CORDIOLLI, M. **Para entender os PCNs: os temas transversais**. Curitiba: Módulo, 1999.

ETGES, N. J. Ciência, interdisciplinaridade e educação. In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (Orgs.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ESCOBAR, M.O. **A Produção de conhecimento em Educação Física e o Materialismo Histórico Dialético como método**. Disponível em http://www.faced.ufba.br/destaques/micheli_ortega.htm. Acesso em 07 de maio de 2007.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 2004.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Educação Física Progressista**. São Paulo: Loyola, 1989.

KUNZ, E. **Educação Física: ensino e mudança**. Ijuí: Unijuí, 1991.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, V. M. **O que é Educação Física**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SOARES, C. L. **Educação Física: raízes Europeias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1994.

SANTOS, M. C. C. L. **Poder jurídico e violência simbólica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 111-112

SÉRGIO, M. **Educação física ou ciência da motricidade humana?** Campinas, SP: Papirus, 1989. - Coleção Corpo e Motricidade.